

# ***A culpa dos Juízes (a interpretação inadequada da legislação pela cúpula do Poder Judiciário, como obstáculo à eficiência e efetividade da tutela jurisdicional).***

Carlos Zahlouth Júnior\*

"Era a Esfinge que fazia ao homem a pergunta sobre o homem, que Édipo disse ter resolvido, e que nós julgamos ter também resolvido; hoje é o homem que faz a Esfinge, ao não humano, a pergunta sobre o não humano, sobre o fatal, sobre o desenvolvimento do mundo face às leis objetivas. A Esfinge nada responde, mas desobedecendo as leis, enganando o desejo, a resposta vem em segredo, e só nos resta irmos para esse lado". (Baudrillard).

## **1. Introdução.**

A imprensa tem noticiado declarações contundentes do Exmo. Ministro Ronaldo Lopes Leal, Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, no que diz respeito à demora na prestação jurisdicional.

Sua Excelência tem declinando com muita ênfase, que a execução dos créditos trabalhistas, é sem dúvida o maior entrave no processo do trabalho, tendo afirmando dentre outras que o "deve haver certa truculência na execução<sup>1</sup>" e que "o devedor inadimplente deve ser preso<sup>2</sup>".

---

\* Juiz do Trabalho, Titular da 10ª Vara do Trabalho de Belém do TRT da 8ª Região. Vice-Presidente da Amatra VIII – Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região. Professor da Universidade Federal do Pará nas disciplinas Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil. Pós-Graduado em Processo Civil na Universidade de Coimbra/Portugal. Avaliador ad hoc dos cursos de Direito no Brasil do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação. Consultor ad hoc do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>1</sup> A seguinte declaração consta no web site do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, no endereço <http://www.tst.gov.br>: "Para o ministro Ronaldo Lopes Leal, é urgente que o processo de execução trabalhista seja aperfeiçoado, sob pena de se comprometer toda a estrutura da Justiça do Trabalho. Tem de haver uma certa truculência na execução. Defendo que a sonegação trabalhista seja tipificada como crime, assim como ocorre com a sonegação fiscal, enfatizou o corregedor-geral da Justiça do Trabalho".

<sup>2</sup> A seguinte declaração consta no web site do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, no endereço <http://www.tst.gov.br>: "Na Alemanha não há execução, o cidadão é intimado a cumprir a sentença e se não o fizer, vai para a cadeia. No Brasil, o trabalhador ganha e não leva. Não podemos ficar de braços cruzados no momento em que se nega ao trabalhador tudo aquilo que ele já ganhou, tudo aquilo que a Constituição, a lei e o Judiciário lhe garantiram. Do contrário é melhor que o Judiciário feche suas portas, afirmou. Ronaldo Lopes Leal lembrou que a Constituição permite a prisão por sonegação de tributos e o mesmo deveria ocorrer com relação aos débitos trabalhistas. Não adianta darmos proteção legal e constitucional ao trabalhador, com sentença

É certo que a legislação processual infraconstitucional, está há muito tempo a merecer uma reforma eficaz, pois já se percebeu que o projeto que tramita no Congresso Nacional há mais de dez anos, não é o caminho para a efetivação da tutela jurisdicional.

Poucos já se debruçaram acerca dos entraves causados pelo próprio Poder Judiciário na realização efetiva do processo, isto é, com o pagamento ao credor ou o cumprimento das obrigações constantes no título executivo judicial.

Afora os problemas clássicos e de longa data que se verifica, como a falta de juízes; o quantitativo insuficiente de órgãos judiciários; a precária infra-estrutura de pessoal e de material; a benevolência da legislação e um sistema recursal abundante e protelatório, alguns entendem que a lição de casa não está sendo feita corretamente, posto que muitas das interpretações que são realizadas pelos Tribunais no que diz respeito à legislação processual, quer por meio da jurisprudência, quer por meio de atos administrativos, se traduz em um sério entrave ao processo.

A finalidade deste estudo é tentar mostrar que mesmo diante de um sistema que privilegia a demanda ao invés da solução da lide, muito dos problemas que hoje enfrentamos poderia ser minimizado com a adoção de uma interpretação mais adequada do ordenamento jurídico, pois como observa o Herkenhoff, **“O juiz tem que ter a sinceridade de reconhecer a impossibilidade de sentença neutra”**. Assim, ou se está do lado da conservação, do opressor, da dominação ou se está ao lado da mudança, do oprimido, do dominado.

## ***2. Agravo de Instrumento no Processo do Trabalho:***

É de ciência geral, que esta modalidade recursal no processo trabalhista possui uma única finalidade: destrancar a subida de outros recursos, que são obstados por falta de alguns dos pressupostos intrínsecos ou extrínsecos dos apelos<sup>3</sup>.

Pois bem, de acordo com o § 5º, do citado artigo, cabem as partes promoverem a formação do instrumento, a fim de possibilitar em caso de provimento do mesmo, o seu imediato julgamento, de acordo com a Súmula nº 288 do Supremo Tribunal Federal.

A finalidade de tal dispositivo, foi assegurar o prosseguimento do feito, enquanto tramita o agravo de instrumento, pois o mesmo não é dotado de efeito suspensivo, regra, aliás, aplicável a todos os recursos na esfera trabalhista, de acordo com o art. 899, da CLT.

---

transitada em julgado em favor do trabalhador, se ele ganha e não leva. Todo esse Estado de direito e proteção fica frustrado no momento em que tentamos entregar a prestação jurisdicional e não conseguimos fazer com que a pessoa, que tem o direito reconhecido, receba as importâncias correspondentes a esse direito, reafirmou o corregedor-geral da Justiça do Trabalho. Segundo o ministro, a falha no processo de execução das dívidas trabalhistas é o maior problema da Justiça do Trabalho atualmente. Após 12 correições pelo Brasil, constatei que esse é o nosso maior problema, concluiu”.

<sup>3</sup> Art. 897, b, da CLT.

Entretanto, o Colendo Tribunal Superior do Trabalho no final de 1999, por meio da Instrução Normativa nº 16, uniformizou a interpretação no que tange ao processamento do agravo de instrumento.

A Corte criou uma nova modalidade de agravo de instrumento, o processado nos próprios autos<sup>4</sup> (autos principais), assim sendo foi introduzido no sistema procedimental da Justiça do Trabalho uma nova feição a tal modalidade recursal.

Penso que agiu mal, pois como bem disse Valentin Carrion: “*Os agravos de instrumento são milhares e os providos somente centenas*”<sup>5</sup>.

Ora, o próprio Tribunal Superior do Trabalho vem divulgando em seus relatórios anuais, que mais de 70% dos recursos que chegam aquela Corte são de empregadores, o que significa um maior retardo no processo.

Com efeito, os dados apontam o seguinte: em 1998 foram interpostos ao TST 42.747 agravos de instrumentos; no ano de 1999 chegaram 43.037; no ano de 2000 tivemos 52.163 e finalmente em 2001 foram interpostos 63.912..

A situação fica ainda mais gritante, quando se verifica que no ano de 2001 foram autuados no TST 114.615 processos, logo os agravos de instrumento ocupam mais da metade de tais autuações.

Só no ano de 1999 o TST julgou 72.623 agravos de instrumentos, já em 2001 foram apenas 29.239, portanto um decréscimo na ordem de quase 60%.

Deste quantitativo de agravos de instrumentos julgados em 2001, apenas 1.545 foram providos, o que demonstra o acerto em geral das decisões denegatórias, tratando-se em realidade de mais um instrumento protelatório dos feitos, o que se agrava ainda mais na fase de execução.

Para o ano de 2002 aguardavam no TST mais de quarenta mil agravos de instrumento para serem julgados.

Apesar do declínio acentuado no mesmo período de recursos de revista, a interposição de agravos de instrumentos vem aumentando significativamente, e com certeza tal fato se deve à extrema facilidade do processamento do mesmo, pois basta ao agravante atravessar petição

---

<sup>4</sup> II - Limitado o seu cabimento, no processo do trabalho, aos despachos que denegarem a interposição de recurso (art. 897, alínea b, da CLT), o agravo de instrumento será dirigido à autoridade judiciária prolatora do despacho agravado, no prazo de oito dias de sua intimação, e processado em autos apartados. § 1º - O agravo será processado nos autos principais: a) Se o pedido houver sido julgado totalmente improcedente; b) Se houver recurso de ambas as partes e denegação de um ou de ambos; c) Mediante postulação do agravante no prazo recursal, caso em que, havendo interesse do credor, será extraída carta de sentença, às expensas do recorrente, sob pena de não conhecimento do agravo.

<sup>5</sup> Comentários à consolidação das leis do trabalho / Valentin Carrion. – 28 ed. Atual. Por Eduardo Carrion. – São Paulo : Saraiva, 2003.

nos autos principais, requerendo tal fato e o agravo sobre de qualquer maneira, pois mesmo que não seja providenciada a extração de carta de sentença, não cabe ao juiz que prolatou o despacho atacado, negar seguimento.

Portanto, bastaria o TST vedar o processamento de agravos de instrumento nos autos principais, para se diminuir significativamente a utilização desta modalidade de apelo<sup>6</sup>.

### **3. Depósito recursal em sede de Agravo de Petição:**

O agravo de petição é um recurso que se destina a atacar as decisões dos juízes nas execuções, após o julgamento de embargos do executado (art. 884, da CLT), sendo este apenas conhecido no caso do feito estar garantido, com exceção do Ministério Público do Trabalho, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das fundações públicas, autarquias e da massa falida, portanto, cabe apenas no juízo de primeiro grau.

Temos que o Supremo Tribunal Federal<sup>7</sup> confirmou a constitucionalidade da Lei nº 8.542/1992, que trata sobre o depósito recursal na Justiça do Trabalho, sendo que a referida lei ao alterar o art. 40 da Lei nº 8.177/1991, em seu artigo oitavo, disciplinou em seu § 2º, que a exigência do depósito recursal se aplica aos embargos à execução e a qualquer outro recurso subsequente do devedor.

Ainda, por decisão unânime do STF, foi ratificada o despacho denegatório da liminar, proferida em sessão realizada em 9-10-1993 e publicada na Revista LTr 57-12/1435-1437, logo as alterações foram "de índole quantitativa a um arcabouço preexistente".

Assim, não se verificou qualquer afronta ao princípio da igualdade, pois inexistente paridade absoluta entre o empregador e o empregado, sendo que o STF assim se manifestou acerca da garantia da ampla defesa:

*"Não me parece que a exigência de depósito recursal atente contra a prerrogativa que a Constituição assegura. Mesmo quando o depósito que se exige dentro de determinada trilha processual não seja estritamente destinado a garantir a execução. Ele pode não ter esse propósito, mas não*

---

<sup>6</sup> Após a elaboração do presente ensaio, o Colendo TST por meio do Ato nº 162/2003 de seu Presidente, revogou dispositivos da Instrução Normativa nº 16, que possibilitam a interposição de Agravo de Instrumento nos autos principais. Portanto, o referido recurso deve ser processado novamente em autos apartados, podendo o advogado declarar que as peças são autênticas, nos termos da lei. Posteriormente, prorrogou a vigência dessa regra para a partir de 01.08.2003, através do Ato nº 196/2003.

<sup>7</sup> Ações Diretas de Inconstitucionalidade números 836-6 e 884-6, ambas relatadas pelo Ministro Francisco Rezek. As decisões estão pendentes de julgamento do mérito, tendo havido apenas o indeferimento de liminar para suspender o dispositivo legal em comento.

*há de ser entendido, pelo só fato de existir, como um obstáculo à fluência normal dos recursos".*

Desta feita, a Suprema Corte vislumbrou que o depósito recursal na Justiça do Trabalho não é exclusivamente para garantir à execução, mas também é um pressuposto recursal.

Por tal dicção, o devedor para interpor embargos à execução e posteriormente agravo de petição, deve efetivar o depósito recursal, sendo devido a cada recurso interposto no decorrer do processo.

Contudo, interpretou o Colendo TST, através da Instrução Normativa nº 03/1993, que garantida integralmente à execução, mesmo que com a penhora de bens, não há necessidade de efetivação do depósito recursal, porém declinar que não há necessidade do mesmo por quando da interposição do agravo de petição<sup>8</sup>, é medida que só beneficia o devedor em claro detrimento à coisa julgada, que se eterniza na falta de efetividade, posto que a Corte Trabalhista entendeu que se trata tão somente de garantia da execução.

É certo que a lei cometeu o equívoco de atribuir a obrigação do depósito recursal por quando dos embargos à execução, posto que de acordo com Liebman, os mesmos possuem caráter de verdadeira ação de cognição incidental conexa ao processo de execução, visando extingui-lo ou desconstituir a eficácia do título, estando vedado se debater questões já apreciadas na fase de conhecimento.

Agiu mal, mais uma vez, tendo inclusive já pacificado a matéria por meio da Orientação Jurisprudencial nº 189<sup>9</sup>, da SDI - 1.

Ora, com isso a execução se eterniza, pois rejeitados os embargos à execução, manejados são os agravos de petição, rejeitados, interpostos recursos de revista, rejeitados, agravos de instrumento e assim diante, afora que de cada decisão em regra o devedor maneja embargos de declaração, para com o único intuito de protelar o feito.

---

<sup>8</sup> IV - A exigência de depósito no processo de execução observará o seguinte: a) a inserção da vírgula entre as expressões "...aos embargos" e "à execução..." é atribuída a erro de redação, devendo ser considerada a locução "embargos à execução"; b) dada a natureza jurídica dos embargos à execução, não será exigido depósito para a sua oposição quando estiver suficientemente garantida a execução por depósito recursal já existente nos autos, efetivado no processo de conhecimento, que permaneceu vinculado à execução, e/ou pela nomeação ou apreensão judicial de bens do devedor, observada a ordem preferencial estabelecida em lei; c) garantida integralmente a execução nos embargos, só haverá exigência de depósito em qualquer recurso subsequente do devedor se tiver havido elevação do valor do débito, hipótese em que o depósito recursal corresponderá ao valor do acréscimo, sem qualquer limite.

<sup>9</sup> 189. Depósito recursal. Agravo de petição. IN/TST nº 03/1993. (Inserido em 08.11.2000). Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988. Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo.

Portanto, urge que o TST reveja tal orientação, passando a exigir o depósito recursal em sede de agravo de petição, mesmo que a execução esteja garantida, inclusive em espécie.

#### **4. Contraditório nos Embargos de Declaração.**

Tanto o STF, quanto o STJ<sup>10</sup>, entendem que no caso de interposição de embargos de declaração com pedido de efeito modificativo, deve o juiz mandar intimar à parte contrária para se manifestar, sob pena de acolhidos os embargos, haver nulidade da decisão, por violação ao princípio do contraditório.

Destaco no particular o despacho proferido pelo Exmo. Sr. Ministro Celso de Melo no processo relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso Extraordinário nº 144.981, desta forma: "A garantia constitucional do contraditório impõe que se ouça previamente a parte embargada na hipótese excepcional de os embargos de declaração haverem sido interpostos, com efeito, modificativo".

Seguindo tal linha de raciocínio, o TST editou a Orientação Jurisprudencial nº 142 da SDI – 1 em 1998, declinando que é passível de nulidade a decisão que acolhe tal apelo, com efeito, modificativo, sem que à parte contrária tenha tido oportunidade para se manifestar, consoante os incisos XXXV e LV, do art. 5º da Carta Política.

Data vênia entendo de outra maneira.

Com efeito, os termos da lide se formam mediante a reclamação (art. 840, da CLT) e com a contestação do reclamado (art. 847 da CLT), quando todas as matérias devem ser suscitadas, sob pena de preclusão, salvo as questões de ordem pública.

Ainda, em se tratando de recursos, a matéria a ser analisada é atinente exclusivamente à impugnação da parte vencida (artigos 895, 896, 897 e 899, da CLT) e o relatado pelo recorrido em sua contraminuta (art. 900, do texto consolidado).

Temos ainda, que tanto as contestações dos reclamados, quanto às contraminutas dos recorridos são atos processuais facultativos as referidas partes.

Portanto, o contraditório é oportunizado na elaboração da defesa ou quando o recorrido é instado a se pronunciar acerca do recurso da parte contrária.

Neste sentido, os embargos de declaração se prestam para sanarem a omissão, a contradição ou a obscuridade da sentença ou do acórdão, sendo que nas causas sujeitas

---

<sup>10</sup> ÓRGÃO JULGADOR: 2ªT, 4ªT, 5ªT. É possível o acolhimento de embargos de declaração com efeito modificativo, desde que oportunizado o contraditório, determinando a intimação da parte contrária para apresentar contra-razões.

ao procedimento sumaríssimo, não há possibilidade de manejo em caso de obscuridade (art. 897-A, da CLT) e em todos os casos não está sujeito ao preparo.

Atualmente, cabem embargos de declaração em cinco dias, com efeito interruptivo para interposição de outros recursos, de acordo com a Lei nº 8.950/1994.

Assim sendo, os embargos de declaração se prestam exclusivamente para o saneamento da decisão embargada, não se podendo suscitar matérias novas, que devem ser trazidas antes do julgamento, consoante o art. 462 do CPC, quando aí à parte contrária deve ser instada a se manifestar.

Portanto, o contraditório já foi devidamente exercitado no tramite processual, não havendo necessidade de novo pronunciamento.

A situação é ainda mais angustiante, na medida em que os juízes estão sobrecarregados de processos e em regra geral a utilização dos embargos de declaração tem se prestado a intuits protelatórios e no dia-a-dia forense, se vê que raramente são acolhidos.

Ainda, em alguns Tribunais se verifica que os Acórdãos demoram meses, até anos para serem publicados, ante o congestionamento dos serviços judiciários, causando uma verdadeira paralisação do trâmite processual, em claro prejuízo ao hipossuficiente.

A medida é de toda inócua, nos termos do art. 794, da CLT.

## **5. Custas na fase de execução.**

Por longos anos, restou vedada no âmbito da Justiça do Trabalho à cobrança de custas nos processos em execução.

Finalmente, com a edição da Lei nº 10.537/2002 há expressa determinação que o executado deve arcar com custas ao final.

Interpretando esta expressão “ao final”, o TST por meio da Instrução Normativa nº 20/2002, em seu XIII, entendeu que não cabe ao executado recolher as custas caso recorra da decisão proferida na fase de execução, devendo ser suportada somente ao final.

Em realidade, a lei não trouxe inovação neste sentido, posto que tanto na fase de conhecimento, quanto na fase de execução, as custas são suportadas pelo vencido após o trânsito em julgado da decisão, porém caso a parte sucumbente pretenda questionar o decidido em outras instâncias, deve obrigatoriamente recolher tal encargo, pois se trata de pressuposto recursal, tendo o § 1º, do art. 789, da CLT, disciplina que as custas devem ser pagas e comprovadas dentro do prazo recursal.

Com efeito, está é a interpretação estampada no art. 511, do CPC, sendo que especificamente no campo trabalhista, é incabível a intimação do recorrente para suprir recolhimento a menor<sup>11</sup>.

Como bem decidido pelo STF, a finalidade do preparo recursal não é inconstitucional, mas apenas um obstáculo aos recursos, portanto em nada adiantará ao processo de execução a cobrança ao final, pois abre a possibilidade do devedor questionar perenemente à execução, pois nada terá que arcar, pois como vimos supra, além do TST entender que não cabe o depósito recursal, também entende que não cabe o pagamento de custas por quando dos apelos.

## **6. Conclusões.**

É sabido que o Brasil precisa modernizar sua legislação processual, a fim de tornar a justiça mais célere e eficaz.

Também é verdade, que enquanto esse processo, que é demorado, ante as peculiaridades do Parlamento e por pressões de grupos organizados da sociedade, os juízes, intérpretes do ordenamento jurídico devem atuar com firmeza no processo, em especial na execução.

De nada adiantará o juiz ser “truculento” ou o devedor ser “ameaçado de prisão”, se de fato não há o trânsito definitivo da decisão, isto é, a cessação de questionamentos do título executivo judicial, pois os magistrados ao interpretarem à legislação, a estão fazendo em sentido contrário, oportunizando que medidas descabidas do devedor eternizem o desfecho final do processo.

Esta situação faz com que na Justiça do Trabalho tenhamos em alguns casos quatro instâncias de julgamento onde a matéria constitucional por ser debatida: nas Varas, nos TRTs, no TST e por fim o Supremo.

Caso não haja uma oxigenação do pensamento da magistratura nacional, em especial na cúpula do Poder Judiciário, que por meio de Provimentos, Orientações, Precedentes, Instruções Normativas e na própria Jurisprudência, adequar e transmutar a legislação ao pensamento coletivo e a vontade da sociedade, não teremos de fato um corpo judicial firme, coeso e efetivo, quando se perenizará o infeliz adágio “ganhou, mas não levou”.

Neste sentido, quando o julgador interpreta o ordenamento jurídico, faz com sua carga subjetiva, isto é, aplica mesmo sem perceber sua experiência social, sua percepção do conflito, suas práticas do dia-a-dia, suas concepções ideológicas.

---

<sup>11</sup> SDC – Orientação Jurisprudencial nº 27.



O Colendo Tribunal Superior do Trabalho<sup>12</sup> nos últimos meses tem demonstrado com suas decisões que é possível e desejável se rever conceitos e dogmas jurisprudenciais, revelando-se um Tribunal mais voltado à realidade e aos conflitos sociais<sup>13</sup>.

Com medidas simples como as acima expostas, por certo à fase de execução, que é a mais angustiante ao trabalhador e ao Estado, que não consegue cumprir com suas próprias decisões permanecerá no atual estágio letárgico e dormiente.

A hermenêutica é talvez o caminho menos seguro, mais impreciso da ciência do Direito; porque partilhada da sorte da linguagem, porém é necessária, já que o intérprete é o renovador inteligente e cauto, o sociólogo do Direito. O seu trabalho rejuvenesce e fecunda a fórmula prematuramente decrépita, e atua como elemento integrador e complementar da própria lei escrita, entretanto, pensando em termos macros a magistratura constitui um elemento conservador por excelência: o pretório é a última cidadela que as idéias novas expugnam. A jurisprudência afasta-se dos princípios com freqüência maior do que a doutrina, pois é analítica, já que examina as espécies uma a uma, ao generalizar, pode incorrer em erro grave o estudioso, além disso, o fato impressiona e apaixona mais do que a teoria pura.

Estamos vivendo um verdadeiro fanatismo pelos acórdãos, a respeito do assunto Maximiliano comenta: "dentre os freqüentadores dos Tribunais, são muitos os que se rebelam contra uma doutrina; ao passo que rareiam os que ousam discutir um julgado, salvo por dever de ofício, quando pleiteiam a reforma do mesmo. Citada uma ementa jurisprudencial, a parte contrária não se atreve a atacá-lo de frente, prefere ladeá-lo, procurar convencer de que não se aplica à hipótese em apreço, versara sobre caso diferente". Assim, copiam-se, imitam-se, contam-se os precedentes, mas de pesá-los não observam, já que se desprezam os trabalhos diretos sobre os textos; prefere-se a palavra dos profetas às tábuas da lei, pois os arrestos se tornaram a ciência daqueles que não têm outra ciência; pois a jurisprudência é uma ciência facílisma de se adquirir: basta um bom índice das matérias, porém a jurisprudência auxilia tão somente do intérprete, não o substitui, nem dispensa, têm valor relativo, pois deve ser observada quando acorde com a doutrina.

Verifica-se, então a obra renovadora e constante realizada pelos Juízes de primeiro grau, por isso mesmo, não há motivo para impor aos magistrados obediência compulsória à jurisprudência superior, como faziam diversos Tribunais mediante advertências e censuras, e

---

<sup>12</sup> A Lei 8.666/93 (licitações públicas), definiu em seu art. 71 que não cabe ao ente público qualquer responsabilidade pelos encargos trabalhistas oriundos das empresas que contratou, ocorre que o TST pela Súmula 331 afirmou que sim, responsabilizando o Estado pela falta de fiscalização da empresa que contratou, cabendo-lhe responsabilidade subsidiária, portanto não havendo bens do empregador executa-se a fazenda pública.

<sup>13</sup> Todas as sessões do Colendo Tribunal Superior do Trabalho foram suspensas no período de 23 a 27 de junho de 2003, visando a revisão dos Enunciados daquela Corte.

felizmente o Congresso Revisor sequer chegou a apreciar a proposta do Deputado Nelson Jobim, no sentido de vincular as decisões das Súmulas das Cortes Superiores, pois aniquilaria o poder do Juiz de primeira instância, que em regra geral é o que está mais atento aos anseios populares, já que integrante da sociedade conflitante que está demandando, entretanto a matéria surge novamente com toda força na reforma do Judiciário.

A reiterativa das decisões figura em alto grau de importância basta citarmos que na França, a jurisprudência criadora precedeu a legislação; daí o prestígio da frase de Celice: "o legislador é antes uma testemunha que afirma a existência do progresso do que um obreiro que o realiza".

No Brasil aconteceu o mesmo: o STF impediu por meio de habeas corpus, durante o estado de sítio, o degredo para lugares sem sociabilidade; a Constituição de 1934 converteu às conclusões dos Acórdãos em regras constitucionais (Art. 175, § 1º; art. 209, III, da CF de 1946).

Apesar de muitos magistrados acharem meritório não terem suas sentenças reformadas, tal atitude prova apenas sua subserviência intelectual, já que seguem de modo absoluto e exclusivo a orientação ministrada pelos Acórdãos dos Tribunais Superiores, Pessina recorda o verso de Horácio: **"os demasiados cautos e temerosos da procela não se alteiam ao prestígio, nem à glória: arrasta-se pela terra, como serpentes"**.

O Juiz - apregoa Cappelletti - deve adaptar os instrumentos hermenêuticos com a finalidade de operar uma dinâmica interpretação evolutiva e decisivamente construtiva e criativa, o fim social deve ser o bem maior do direito, que não pode ser traduzido única e exclusivamente na lei, carregada de fatores dominadores da sociedade, há de existir um maior anseio libertador aos juizes, que em muitas das vezes, por vícios adquiridos ao longo da vida e reforçados nos bancos universitários, esquecem do seu verdadeiro mister, de distribuidor de Justiça, não de leis.

O que ameaça o juiz, numa democracia, é o perigo do hábito, da indiferença burocrática, a irresponsabilidade anônima. Nós queremos - pedia Calamandrei - juizes com almas, engagés, e que saibam levar com humano e vigilante desempenho o grande peso que implica a enorme responsabilidade de fazer justiça, neste sentido, é imenso o desafio da Justiça do Trabalho, pois como o juiz deve enfrentar a questão da função social da Justiça do Trabalho nesse país dividido, contraditório e explosivo?

José Eduardo Faria aponta algumas soluções: um amplo processo de renovação hermenêutica e de oxigenação doutrinária; o espancamento definitivo da "pseudo" neutralidade do juiz e por fim uma justiça não exclusivamente técnica, assim estes são os nossos desafios como operadores do direito, já que assumimos a defesa intransigente da Justiça, dar ao justo

o que lhe é justo, sem receio do opressor, para ir contra o mesmo opressor, pois, conforme Hegel: **“o que é dado por sabido, exatamente porque é sabido, não é efetivamente conhecido”**.

Tal argumento deriva do fato que ter e demonstrar emoção em sua técnica é abominável, pois o bom é aquele que analisa friamente o fato e propõe soluções à altura do ocorrido, não àquele que se emociona, pois a emoção é inimiga da perfeição. Assim sendo, o paradigma da ciência moderna, especialmente na construção positivista, tenta suprimir do processo de conhecimento todo o elemento não-cognitivo (emoção, paixão, desejo, ambição, etc..), pois entendem que se trata de um fator de perturbação da racionalidade da ciência, eles desconhecem Aristóteles, que mostra na Retórica que a demonstração convincente, enquanto geradora da persuasão, é secundada pelo elemento emocional. No campo da Magistratura, tal posicionamento se traduz em regra geral nos seguintes comportamentos:

- Pouco importa os anseios das partes, o que importa é cumprir o ritual. (prepondera o controle do tempo de forma sistematizada, não prazerosa).
- O Juiz deve ser neutro, imparcial e eqüidistante.
- Quando se aplica Súmulas dos Tribunais Superiores, aplica-se a técnica, não a emoção, já que reduz a relação a teoremas positivados, não rasteados pela emoção. (a solução é justa se for legal, obstruindo a criação judicial, pois é processo emocional).
- Enfim, o que importa é resolver rápido a lide, pouco importa os meios e o desprezo pessoal com os litigantes que se têm, pois o melhor Juiz é aquele que resolveu tudo numa audiência só, sendo que às vezes se despreza o processo, com a busca da verdade, o discernimento emocional. A estatística é preponderante sobre o ocorrido. (a matemática prevalece sobre a justiça, à celulose é mais importante que os neurônios).

Já é hora dos Excelentíssimos Ministros dos Tribunais Superiores, em especial os do TST, pois o tema debatido na Justiça do Trabalho refere-se à própria sobrevivência do ser humano, dado o caráter nitidamente alimentar das verbas trabalhistas, reverem seus atos administrativos, caso contrário em nada adiantará leis mais avançadas se o pensamento é calcado no passado.

Conceitualmente os magistrados pensam e formulam o Direito do Trabalho em concepções estreitas e direcionadas exclusivamente a atuação dos “conflitantes dos autos”, demovidos, assim de uma análise ampla dos conflitos postos e dilacerados na sociedade, abstraindo do sentido real da justiça em clara aplicação da verdade formal, atuando como paradigma o arcabouço legal ao invés do direito.

Devemos rumar em busca de um TST da cidadania ou a Esfinge nos engolirá.